

OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO

Balanço 2009 / 2015

Parte da informação é originária de dados de relatório do Tribunal de Contas e dados da CGA

Entre 2009 e 2015, o sistema educativo perdeu quase três mil escolas e mais de metade dos contratados. Cerca de 30 mil docentes desapareceram do sistema. Dos 3.606 pedidos para aposentação só rescindiram 1.342 professores. De 2013 a 2015 vincularam apenas 4031 docentes contratados. Ensino básico perdeu 13 mil alunos em 2011/12. Cortes de 911 milhões nas despesas com pessoal.

ESCOLAS

Em seis anos, **desapareceram 2513 escolas do ensino básico**, o que representou um corte de 30%

O número de **estabelecimentos de ensino** passou de **8351** no ano letivo de 2009/2010 para **5838** em 2014/2015.

Esse número resultou do fecho das escolas do 1.º ciclo com menos de 21 alunos e da constituição de agrupamentos escolares.

A racionalização da rede escolar reduziu-se à constituição de agrupamentos, com vista à diminuição da necessidade de contratação de recursos humanos.

O número de unidades orgânicas (agrupamentos ou escolas não agrupadas) também diminuiu de 1179 para 811 no mesmo período.

Aumento do número de unidades orgânicas **com mais de dois mil alunos:**

De 6,1% no início de 2009/2010 para 27,1% no ano letivo 2014/2015.

Com mais de **três mil alunos** existem atualmente **28 agrupamentos**.

DOCENTES

As medidas de redução e custos na Educação passaram essencialmente pela redução do número de professores.

Entre 2010/2011 e 2014/2015

Registou-se uma **redução de docentes na ordem de 21,1%** no número total de professores

Em especial devido à **quebra em mais de metade do número de contratados (56,6%)**.

O número de **professores contratados** passou de **33.413 para 14.496**

Também o número de **professores do quadro** **diminuiu de 107.944 para 96.997**

Segundo o que o então Ministério da Educação e Ciência de Nuno Crato comunicou, esta redução de pessoal teve um **impacto financeiro de 328 milhões de euros** entre 2012 e 2014, enquanto a reorganização da rede escolar originou **poupanças de 60 milhões de euros**.

Após a saída da troika, e apenas no final de 2015, o número de professores sobe pela primeira vez.

Pela primeira vez desde a intervenção externa em Portugal, o ano civil de 2015 terminou com mais professores contratados pelas escolas, num tímido aumento de cerca de dois mil.

A queda abrupta do número de professores, com **mais de 25 mil saídas em quatro anos (2010/11-2014/15, entre quadros e contratados)**, parece ter terminado - pelo menos no imediato.

O indicador a confirmar esta tendência é o das contratações de escola (CE), que se consubstanciam em miniconcursos em que os estabelecimentos preenchem vagas para as necessidades temporárias.

CONTRATAÇÕES

No primeiro período de aulas do ano letivo 2015/16, das 39.369 candidaturas válidas após a publicação das listas de contratação inicial ficaram por colocar 12.384 candidaturas após a Reserva de Recrutamento 15.

As 12.384 candidaturas eram de 8.611 docentes.

O grupo de recrutamento com mais candidaturas por colocar era do grupo 100 - Educação Pré - Escolar -, tendo sido este o único grupo de recrutamento em que mais de 50% das candidaturas a concurso não estavam com colocação após a Reserva de Recrutamento 15.

No primeiro período de aulas do ano letivo 2015/16 as escolas recrutaram através das ofertas das **contratações de escola (CE)**

1142 docentes

mais 120 do que no ano anterior .

Somados aos indicadores das **Bolsas de Contratação de Escolas** - reservadas a escolas com contrato de autonomia ou estatuto de território educativo de intervenção prioritária - e aos 562 ingressos adicionais nos concursos nacionais, **num total de 3782**, os dados já permitem falar numa tímida retoma.

Verifica-se um aumento, nas várias fases, de mais cerca de duas mil necessidades de contratação no ano letivo 2015/16.

Esta evolução surge num ano em que **entraram para os quadros 1500 professores** que no anterior ano letivo eram contratados sem que isso reduzisse - antes pelo contrário - as necessidades de contratação das escolas.

Essas necessidades devem-se ao ritmo a que os docentes dos quadros se têm aposentado e ao corte radical das contratações nos primeiros anos do governo em que na tutela da Educação esteve Nuno Crato.

Verificaram-se dezenas de milhares de saídas no período da troika e mesmo com as cerca de 4000 vinculações exigidas pela aplicação da Norma Travão - na sequência de uma recomendação da Comissão Europeia - continuam a existir mais de **20 mil professores em falta nas escolas**.

O sistema perdeu mais de **25 mil docentes** entre 2010/11 e 2014/15.

Os **quadros** perderam quase **11 mil professores**,

uma variação superior a 10%, para um número final de **96 997 efetivos**;

Os **contratados** caíram para menos de metade, passando

de 33 413 para 14 996.

Globalmente, a quebra excedeu os 20%.

A descida foi diretamente ditada por medidas como o aumento do número de alunos por turma, as mexidas nos currículos e a reorganização da rede.

Até porque, no mesmo período, o número de alunos baixou apenas 8% para cerca de 1,2 milhões.

No final de 2015 existiam 124 docentes colocados sucessivamente nos últimos 5 anos em horário completo e anual, mas colocados no mesmo grupo de recrutamento apenas se verificavam 55 docentes que, por esse facto, cumpriam a regra da Norma Travão imposta pelo MEC.

Nota informativa adicional:

Entre 2006 e 2015 vincularam 7560 docentes contratados:

- De 2006 a 2009 vincularam **3529** docentes contratados
- De 2013 a 2015 vincularam **4031** docentes contratados

IMPACTO DOS CORTES NAS DESPESAS

Portugal cortou €900 milhões nas despesas com professores em quatro anos – 2010 a 2014

Escolas perderam **30 mil** docentes neste período, a maioria contratados, contabiliza um Relatório do Tribunal de Contas 2014 que avalia o impacto da presença da troika no sector da Educação.

Numa das áreas que mais se cortou durante a presença da troika em Portugal, os professores acabaram por ser os mais sacrificados.

Cerca de **75%** da redução da despesa do Ministério da Educação no ensino pré-escolar, básico e secundário foi conseguida graças aos cortes nos gastos com pessoal:

911 milhões de euros entre os anos de 2010 e 2014

Fazendo as contas ao impacto das medidas tomadas na área da Educação determinadas pelo programa de assistência financeira a Portugal, os números são reveladores.

Entre os anos letivos de 2010/11 e 2014/15

O sistema viu o número de **professores contratados cair para mais de metade:**

De 33.413 para 14.496.

e o número de docentes dos quadros passar

De quase 108 mil para 97 mil.

Ou seja,

cerca de 30 mil professores a menos

O número de alunos apenas caiu 7,4%

Relativamente ao ano letivo **2011/2012** foram colocados no ano letivo **2015/16** **menos de metade** de docentes contratados

e **menos 661 docentes** contratados do que o ano anterior (**2014/2015**)

Evolução do Número de Docentes

Período da Troika

Dados dos relatórios de estatísticas da Educação referentes aos anos letivos 2010/2011 e 2012/2013.

Entre o ano letivo **2010/2011** e o ano letivo **2012/2013**

Registou-se uma **redução de 24.642 docentes**

- **22.824** eram do ensino público
- **1.818** do ensino privado.

No total a redução do número de docentes foi de 14%:

No ensino público essa redução foi de 15%

No ensino privado de 8%.

Entre **2010/2011** e **2012/2013**

A maior redução registou-se no contingente de **docentes contratados** da rede do MEC: **menos 43,29% contratações**

O 2º Ciclo perdeu 53,05% de docentes contratados,
o 3º Ciclo/Secundário teve menos 42,48% contratações,
o 1º ciclo menos 33,50%
e a Educação Pré-escolar menos 26,28% contratações.

Entre **2010/2011** e **2012/2013**

Saíram das escolas da rede do MEC **5.974 docentes dos quadros**

Para que se perceba o ritmo de perdas:

Desde 2010/2011 até 2012/2013

Perderam-se **24.642 docentes**

Em 2013/2014

Perderam-se **9.061 docentes** em relação ao ano anterior

Evolução negativa do número de Contratados
Período da Troika

Em 2012/2013 ocorreram cerca de **17.999** colocações.

Em 2010/2011

As escolas do básico e secundário de Portugal continental continham **35.976 professores contratados**.

Em 2011/2012

Desceu para **28.730 docentes contratados**

Em 2012/2013 ocorreram cerca de **17.999** colocações.

Em 2014/15 o contingente terá sido novamente **reduzido:**

14.496 docentes contratados (metade em relação a 2011/2012).

De 2006 a 2009 vincularam **3529** docentes contratados

De 2013 a 2015 vincularam **4031** docentes contratados

Evolução negativa do número de alunos

Período da Troika

Em 2011/2012

Verificou-se que existiam **1.710.075** alunos

Menos cerca de 13 mil alunos do que no ano anterior - 2010/2011

Ensino básico perdeu quase 13 mil alunos num ano

As principais quebras registaram-se no 1.º ciclo.

No **3.º ciclo** e sobretudo no **secundário** houve ligeiros aumentos por comparação ao ano anterior

Uma tendência que deverá acentuar-se na sequência do alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos.

Evolução do número de educadores/docentes aposentados 2012 a 2015

Cerca de 10 mil educadores/professores reformados em 4 anos

Em quatro anos, o sistema de ensino perdeu 11% dos docentes

Anos / Categoria	Educadora de infância	Professor(a)	Total
2012	56	2695	2751
2013	127	4501	4628
2014	88	1039	1127
2015	43	1237	1280

Desde o início de 2012 até ao final de 2015, aposentaram-se 9786 professores do ensino básico e secundário, de acordo com as listas da Caixa Geral de Aposentações.

Uma vez que o total de docentes efetivos ronda os 87 mil, reformaram-se do sistema público de ensino mais de 11^o dos professores dos quadros nos últimos quatro anos.

Quase metade destas aposentações aconteceram em 2013. Nesse ano, a corrida às aposentações para impedir mais penalizações levou 4628 professores a saírem o sistema de ensino.

Em 2012, o número de pedidos de reforma tinha sido também muito elevado: 2751.

Já em 2015, segundo as listas da Caixa Geral de Aposentações, reformaram-se 1280 professores do básico e secundário. Este número supera as 1127 aposentações verificadas em 2014.

Além das aposentações, houve 1340 docentes que na era Crato, rescindiram o vínculo com o MEC.

Em sentido contrário, o ministro promoveu a vinculação aos quadros de 4750 docentes. Mas estes entraram para o primeiro escalão da carreira, permitindo ao Estado uma poupança considerável.

Evolução do processo de rescisões dos docentes 2013 a 2015

O programa de rescisões de professores do básico e secundário decorreu entre 15 de Novembro de 2013 e 30 de Junho de 2014 e durante este prazo, **por dia, houve em média 15 professores que pediram para rescindir.**

Podiam aderir a este programa todos os professores dos quadros até aos 59 anos de idade e que ainda não tivessem pedido a reforma, havendo uma bonificação para os docentes até aos 50 anos e para os do Pré-Escolar, EVT e 1º ciclo (disciplinas com mais professores sem turma atribuída).

Não houve teto máximo para o valor da indemnização, sendo a média de 100 mil euros e em alguns casos chegou a 150 mil euros.

Mas a saída de professores, ao abrigo deste programa, só não foi maior pelo travão das Finanças.

Mais de metade dos professores que quiseram rescindir viram rejeitado o seu pedido por falta de verbas.

A Ministra das finanças do governo PSD/CDS, Maria Luís, travou rescisões dos professores

Mais de metade dos pedidos de rescisão - num dos programas mais concorridos da função pública - acabaram por não ser aprovados pelo ministério, na altura, tutelado por Maria Luís Albuquerque.

Ou seja

Dos 3.606 pedidos só rescindiram 1.342 professores, a quem foram pagas indemnizações de 133 milhões de euros.

O número de rescisões ficou longe dos cinco mil que, não sendo uma meta, esteve em cima da mesa das negociações.

Por isso, em Setembro de 2015, o Ministério da Educação (MEC) chegou a ponderar **uma segunda fase do programa de rescisões**

Não avançou por falta de verbas para pagar as indemnizações.

Neste processo, **2.264 professores** do topo de carreira viram o seu pedido rejeitado por vários motivos,

além da falta de verbas, como a falta de documentação nos processos, pedidos não apresentados a tempo ou a idade fora dos limites estabelecidos.

Muitos docentes denunciaram que aderiram ao programa de rescisões, que cumpriam com todos os critérios e que, ainda assim, viram o seu pedido rejeitado.

A fraca adesão de professores ao programa de rescisões por mútuo acordo foi apontada, pelo PSD, como uma das principais razões para o uso de 278 milhões de euros, ou 30% da almofada financeira, **em Novembro de 2015.**

Mas os salários dos 2.264 professores, cuja rescisão foi rejeitada, representam 80 milhões de euros.

Estes docentes representam cerca de 80 milhões de euros anuais em salários, num valor ainda longe dos 278 milhões de euros da almofada financeira gastos em Novembro.